

Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário de Roraima

Início   Ações 1º Grau   Ações 2º Grau   Parecer   Citações   Intimações   Audiências   Sessões 2º Grau   Buscas   Estatísticas   Outros

Operação realizada com sucesso. Protocolo:  
2418062920190724165750

Processo 0809695-35.2019.8.23.0010 ☆ - (117 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário

Assunto Principal: 9597 - Seguro

Nível de Sigilo: Público

Informações Gerais

Informações Adicionais

Partes

Movimentações

Apensamentos (0)

Vínculos (0)

Realces

Realçar Movimentos de:

Ocultar Movimentos:

☐ Magistrado

☐ Servidor

☐ Advogado

☐ Membro MP

☐ Defensor

☐ Procurador

☐ Outros

☐ Audiência

☐ Inválidos

☐ Sem Arquivo

☐ Hab. Provisória

Filtros

Movimentado Por:

Sequencial(Intervalo):

Descrição:

☐ Advogado

☐ Defensor de Justiça

☐ Entidades Remessa

☐ Magistrado

☐ Procurador

☐ Servidor

ao

Data do Movimento(Período):

à

43 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 43

500 por pág.

1

Seq.	Data	Evento	Movimentado Por
<div>[-]</div> 43	24/07/2019 16:57:50	<b>JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE</b>	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO <b>Procurador</b>
	43.1 Arquivo: Petição	Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHOJOAO ALVES BARBOSA FILHO,	2585375IMPUGNACAOAOLAUDOPERICIALJUR01.PDF  Público
<div>[+]</div> 42	11/07/2019 16:06:04	<b>JUNTADA DE LAUDO</b>	FELIPE FERRO DE SOUZA <b>Estagiário</b>
	41	<b>JUNTADA DE COMPROVANTE</b> Devolução sem Leitura - De MANDADO expedido(a) (seq. 37) em 10/06/2019 - Referente ao evento JUNTADA DE CERTIDÃO (31/05/2019). Parte: DAVID FERREIRA CUNHA	VALESKA CRISTIANE DE CARVALHO SILVA <b>Analista Judiciário</b>
<div>[+]</div> 40	01/07/2019 08:09:54	<b>RETORNO DE MANDADO</b> Referente ao evento (seq. 37) EXPEDIÇÃO DE MANDADO (10/06/2019 17:11:07). Parte: DAVID FERREIRA CUNHA	SILVAN LIRA DE CASTRO <b>Oficial de Justiça</b>
	39	<b>HABILITAÇÃO PROVISÓRIA</b> Perito Oficial: FERNANDO BERNARDO DE OLIVEIRA habilitado até 08/07/2019 (10 dias)	ALDENEIDE NUNES DE SOUSA <b>Analista Judiciário</b>
	38	<b>REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE MANDADO</b> Distribuição realizada referente ao Mandado expedido (seq. 37) em 10/06/2019 17:11:07. Tipo: Distribuição Inicial Automática. Oficial de Justiça Designado: SILVAN LIRA DE CASTRO. Parte: DAVID FERREIRA CUNHA	JHEMENSEN SANTOS FERREIRA <b>Servidor Central de Mandados</b>
<div>[+]</div> 37	10/06/2019 17:11:07	<b>EXPEDIÇÃO DE MANDADO</b> Prazo de 15 dias úteis. Referente ao evento (seq. 30) JUNTADA DE CERTIDÃO(31/05/2019 11:51:27). Natureza: Intimação. Parte: DAVID FERREIRA CUNHA. Identificador do Cumprimento: 0001.	VALESKA CRISTIANE DE CARVALHO SILVA <b>Analista Judiciário</b>
<div>[+]</div> 36	10/06/2019 16:56:14	<b>JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE</b> Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE CERTIDÃO (31/05/2019)	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO <b>Procurador</b>
	35	<b>DECORRIDO PRAZO DE DAVID FERREIRA CUNHA</b> (P/ advgs. de DAVID FERREIRA CUNHA *Referente ao evento (seq. 30) JUNTADA DE CERTIDÃO(31/05/2019) e ao evento de expedição seq. 32.	SISTEMA CNJ
		<b>LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA</b> (Pelo advogado/curador/defensor da Seguradora Líder dos Consórcios	



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR**

**Processo:** 08096953520198230010

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **DAVID FERREIRA CUNHA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.<sup>a</sup>, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente. Assim, supostamente na posse de todos os documentos pleiteia em esfera judicial indenização referente à INVALIDEZ PERMANENTE.

Em que pese o caráter social do Seguro Obrigatório DPVAT, o beneficiário legal da indenização tem que, necessariamente, preencher os requisitos legais para recebimento do referido seguro.

Ocorre que, após a devida regulação na esfera administrativa, quando a parte autora foi submetida a exame pericial constatou-se a ausência de sequela indenizável, motivo pelo qual não há cobertura para o acidente narrado nos autos, fazendo-se mister a improcedência do pleito inicial.

Frisa-se não se apresentar crível, nem verossímil, que a parte autora venha apresentar lesão invalidante vários meses após ter sido submetido à avaliação médica administrativa. Digno de destaque todos os avanços na área da medicina, que oportunizam uma melhora, atenuação, do quadro clínico da parte autora, não se justificando a ideia do aparecimento tardio de uma permanente invalidez.

Portanto, requer o acolhimento do laudo administrativo, a fim de que sejam julgados improcedentes os pedidos do autor.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,  
BOA VISTA, 22 de julho de 2019.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/RR 451-A**

**SIVIRINO PAULI**  
**101-B - OAB/RR**